

Feirantes de Aracaju vão criar

cooperativa para assegurar exercício

da atividade

Objetivo é que esta cooperativa detenha a administração das feiras livres das bancas, proporcionando aos feirantes garantias que eles alegam hoje não ter. Já a Emsurb ressalta que a intenção da Prefeitura não é acabar com nenhuma feira, e sim adequá-las dentro das normas sanitárias

Com a decisão do Ministério Público Estadual (MPE) em regulamentar as feiras livres da capital, através de licitação, os feirantes que atuam nas feiras livres de Aracaju estão se organizando para criar uma cooperativa. O objetivo é que esta cooperativa detenha a administração das feiras e das bancas, proporcionando aos feirantes garantias que eles alegam hoje não ter.

De acordo com a representante dos feirantes de Aracaju, Rosângela Reis, com a criação de uma cooperativa os interesses dos feirantes serão colocados em primeiro lugar. Ainda segundo ela, os feirantes sofrem constantemente com a violação dos seus direitos. "Hoje os feirantes alugam as bancas para trabalhar, cada um paga R\$ 10 por bancas velhas, caindo os pedaços. Somos cinco mil feirantes, no final são R\$ 200 mil pagos por mês e nenhum centavo é pago à Prefeitura. Já que é para licitar, nós estamos criando uma cooperativa que vai buscar o melhor para os feirantes. Hoje nós sofremos com os donos de bancas, quando um dos feirantes, que trabalha há

MINISTÉRIO PÚBLICO SOLICITOU QUE FOSSE FEITA LICITAÇÃO PARA USO DO ESPAÇO PÚBLICO PELOS FEIRANTES

anos nas feiras, não tem dinheiro para pagar o aluguel do dia, ele é expulso da feira e não pode sequer questionar e não tem ninguém para proteger e nem para assegurar seus direitos, não queremos mais essa situação, por isso que vamos criar nossa cooperativa, para de fato defender nossos interesses", conta a representante.

Rosângela explica que com a cooperativa todos os assuntos referentes aos feirantes serão discutidos por eles mesmos, os maiores interessados. A apreensão dos trabalhadores é em relação a administração das feiras, segundo a representante da categoria não há uma definição de como isso vai ocorrer, apenas existe um prazo dado pelo MPE para adequação das feiras ou extinção.

"Nós somos a favor da transformação e da melhoria sim, nós somos os maiores interessados, porque essa precariedade das feiras é um problema de décadas, nunca ligaram para nós, só agora, porque o MPE exigiu, é que vão ter que adequar, mas não podem simplesmente dizer que vai acabar. Nós queremos um prazo maior do MPE para podermos criar nossa cooperativa e poder concorrer à licitação. A proposta que vamos levar ao Prefeito é justamente de conceder a cooperativa a administração das feiras livres. Acredito que a Emsurb pode muito bem fazer isso, só não acho viável uma empresa privada fazer, porque se for assim sabemos que todos os prejuízos vêm para os feirantes, os custos serão altos, porque essas empresas estão fora das feiras, não sabem a nossa realidade, e a cooperativa será composta por feirantes, pessoas que vivem das feiras", argumenta a representante.

Ainda segundo ela, uma comissão já está participando de reuniões com instituições financeiras e revendedoras de carros para viabilizar a compra dos caminhões frigoríficos. "Nós já estamos vendo toda parte burocrática para a criação da cooperativa. Vamos nos reunir com a associação das cooperativas do Estado, já estivemos em bancos e em lojas de carros para pesquisar os preços de caminhões frigoríficos, porque queremos baratear o máximo possível. Nosso principal equipamento de trabalho são as bancas, então a cooperativa vai fabricar as bancas dos feirantes. O MPE quer selo nos laticínios, a cooperativa vai produzir e fornecer os laticínios conforme a lei pede", explica Rosângela.

• Adequação

No acordo firmado entre o Ministério Público e a Prefeitura de Aracaju, através da Empresa Municipal de Serviços Urbanos (EMSURB) e Vigilância Sanitária Municipal, até o dia 31 de dezembro, oito feiras deverão ser extintas porque não apresentam condições sanitárias sequer para adequação. Entre elas estão a do Bairro Santa Maria, São Conrado e do Bairro América.

"Nós já nos reunimos duas vezes com o presidente e a vice-presidente da Emsurb e eles estão fazendo o mapeamento dos terrenos nos próprios bairros onde

estão essas feiras. Próxima semana devemos nos sentar novamente para que nos passem quais são os terrenos, porque os feirantes têm que vê a viabilidade dos locais, mas pelo menos estamos vendo a iniciativa da Emsurb”, relata Rosângela.

O presidente da EMSURB, Júlio Flores, reforça que a intenção não é acabar com nenhuma feira, o objetivo é adequá-las dentro das normas sanitárias. “Algumas feiras terão que se adequar até final de dezembro. Como existe mais de 30 feiras em Aracaju, nós pretendemos continuar com essa quantidade, só que algumas vão ser mudadas de local. Por exemplo, a feira do São Conrado é feita dentro de um mangue, então nós não vamos permitir determinadas situações. Quando a gente fala em terminar, encerrar uma feira, a gente fala em encerrar do jeito que está, então a gente termina naquele local e pode iniciar a feira até no mesmo bairro, só que em local apropriado. Nós queremos reorganizar as feiras de maneira que a população se sinta bem em ir até ela e o feirante também esteja em condições adequadas de vender seu produto ao consumidor”, explica.

A representante dos feirantes critica o modelo de feiras livres que a gestão municipal está querendo implantar em Aracaju. De acordo com ela, as adequações devem atender a realidade local, já que cada região tem clima e cultura distinta. “Os modelos que trouxeram foi a do Sul e do Sudeste, lá as coisas são diferentes. Queriam substituir as cestas por bacias para colocar as frutas e verduras. Aqui temos um clima quente, nas bacias não tem ventilação, íamos perder nossa mercadoria mais rápido, mas felizmente conseguimos permanecer com as cestas. Outra questão é o trânsito, sabemos que as pessoas não são educadas para o trânsito em Sergipe, então colocar a feira em apenas um lado da rua para deixar o acesso livre, não dá certo por conta dos acidentes. O que pode fazer é proibir as bicicletas e as motos de passarem no meio da feira, mas temos que dá segurança aos clientes para transitarem livremente na feira. O modelo é bom, mas tem que ser adequado a nossa realidade e a nossa cultura”, expõe Rosângela.

• Apoio

No dia 31 de agosto foi realizada, na Câmara de Vereadores de Aracaju, uma sessão especial, na qual o MPE, Vigilância Sanitária, Emsurb, feirantes e representantes da categoria pudessem participar de uma discussão e esclarecer questões dúbias. A iniciativa partiu do vereador Adriano Taxista (PSDB). “A minha preocupação não é com quem está explorando as bancas, minha preocupação é com o trabalhador. O que o Ministério Público passou para sociedade é que até o dia 31 de dezembro várias feiras iam acabar, eu passei nas feiras, fui conversar com o povo e as pessoas estavam achando que as feiras simplesmente seriam extintas, por isso consegui a sessão especial para que a gente pudesse questionar e discutir a forma que isso tem que ser feito, para que a solução não seja acabar. Eu sou a favor que tenha a licitação, que tenha a modernização, a higienização, mas não pode acabar, porque em sua maioria os feirantes são pessoas do interior, que muitas vezes têm seus próprios plantios e sobrevivem dali, e se acabar, as feiras vão viver de que?”, questiona o vereador.

Ainda segundo o político, algumas feiras que terão as atividades encerradas em dezembro, a exemplo da feira do Bairro América, ainda cabem adequação e não a retirada definitiva do local. “No Bairro América tem o mercado, então se tira essa feira dos arredores do mercado e coloca em outro lugar, como é que vai ficar o pessoal do mercado? Eles vão viver de que? Lá tem o problema do estacionamento, só que o mercado é uma quadra, então se pode muito bem colocar as bancas anexas ao mercado, envolta dele e deixar a porta dos moradores livres. Eu acho inviável se tirar a feira do mercado e colocar em outro lugar, o que deve ser feito é buscar uma forma que atenda as exigências do MPE, Vigilância Sanitária e da sociedade”, ressalta Adriano Taxista.

Os feirantes já conseguiram apoio na Defensoria Pública e agora tentam o apoio dos deputados estaduais. “Nós queremos um espaço na Assembléia, uma audiência pública, antes que os deputados entrem em recesso em dezembro, para que

eles possam nos ajudar. Nós queremos pedir ao MPE mais tempo, porque dezembro é já, mas infelizmente nenhum representante do órgão compareceu à sessão especial da Câmara de Vereadores, mas estamos nos organizando e vamos lutar por nosso sustento”, reforça Rosângela.

• Licitação

O Ministério Público solicitou que fosse feita uma licitação para uso do espaço público pelos feirantes e para adequação das bancas às normas previstas pela Vigilância Sanitária. O pedido do MPE foi que até o dia 02 de setembro, o município publicasse edital para a licitação das feiras das comunidades da Cidade Nova, Coroa do Meio, Grageru, Cirurgia e Santa Tereza. Para as demais, o edital deverá ser publicado até o dia 28 de outubro.

De acordo com o presidente da Emsurb, tanto o projeto de padronização das bancas, quanto a licitação devem ficar prontos apenas no final do próximo mês. Segundo ele, a licitação é a forma mais correta e transparente para a ocupação do espaço público com as bancas, porém ainda está sendo finalizada.

“Nós acreditamos que até o final de outubro essa licitação deverá ir para as ruas, para que o espaço público de Aracaju seja utilizado de forma legal. Os projetos das feiras estão em andamento e estamos fazendo modificações, porque na realidade, o que existe em Aracaju são feiras completamente soltas. Há uma fiscalização da Emsurb, mas não há uma deliberação para que ocorra determinadas feiras, o que a gente quer agora é condicionar isso, para que a Emsurb seja a tomadora de conta das feiras livres de Aracaju. Isso será conseguido através da licitação, para que as feiras ocupe os espaços públicos através das bancas. Hoje as bancas são alugadas por pessoas que não têm comprometimento com a Emsurb. A partir da licitação, todas as feiras deverão ter um compromisso com a gente”, explica Júlio Flores.

Os feirantes estão apreensivos em relação ao custo dessas bancas padronizadas. Eles temem pela empresa que irá vencer a licitação. “Hoje nós já sofremos com a situação, temos que aceitar as bancas que nos oferecem,

é pegar elas caindo aos pedaços ou não vender. Será que a empresa que ganhar não vai ser a mesma que aluga para gente hoje? E quanto isso vai nos custar? Hoje a gente paga R\$ 10 por banca, e com essa padronização vai custar quanto?”, questiona Dona Maria de Lourdes Santos, feirante há 20 anos.

Para o vendedor de frutas Jailton Ferreira, quem tem que representar os feirantes são eles próprios, porque só assim os trabalhadores acreditam que serão beneficiados. “O que adianta vim empresário tomar conta da feira? Rico não quer saber de pobre não, pelo contrário, não liga para a gente. Sou a favor da criação da cooperativa com os próprios feirantes tomando conta, assim a gente vai poder ter alguma coisa com gente da gente olhando por nós”, confirma.

O presidente garante que a licitação deverá favorecer e beneficiar quase todos os feirantes que atuam hoje na capital. “A quantidade de bancas que tem nas feiras não quer dizer que tem igual quantidade de feirantes, porque um único feirante pode participar de três, quatro feiras e às vezes em uma única feira ele ocupa três a quatro bancas, então pelo que a gente imagina todos os feirantes serão beneficiados dentro de uma regra que hoje não existe, muito possivelmente todos deverão ser atendidos, evidentemente que um ou outro possa ficar de fora”, expõe Flores.

A preocupação da Emsurb, segundo o gestor, é que as feiras a partir de agora sejam limpas e organizadas. Para garantir isso, as exigências sanitárias constarão na licitação das bancas. “Nossa função é a liberação do espaço público, mas o nosso projeto de feira contemple as normas da Vigilância Sanitária, muito possivelmente na nossa licitação, devemos propor isso. A exemplo das carnes, não necessariamente deverá ser um caminhão frigorífico, pode ser um balcão refrigerado, desde que seja aprovado pela Vigilância Sanitária”, explica Júlio, que conta também que os feirantes estão participando do curso de Implantação Orientado para Feirantes, uma das etapas do plano de readequação das feiras livres e mercados da capital.

O curso é uma parceria entre a Fundação Municipal de Formação para o Trabalho (Fundat), o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), o Serviço

“

Nós somos a favor da transformação e da melhoria sim”

Rosangela Reis |

Feirante

Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac) e a Coordenação de Vigilância Sanitária e Ambiental de Aracaju (Covisa).

A capacitação consiste em orientações sobre manipulação de alimentos, noções de microorganismos, higiene pessoal e do local, contaminação e doenças vinculadas aos alimentos, descarte correto e refrigeração e transporte adequado. Até o momento 460 feirantes já participaram da primeira etapa do curso, segundo o órgão semanalmente 90 pessoas são capacitadas. Na segunda fase do treinamento, os feirantes recebem a visita de um consultor que vai verificar in loco se os ensinamentos passados em sala de aula estão sendo aplicados.

“Todos os feirantes vão se adequar e passar pelo curso que já está acontecendo e vai se prolongar até certo tempo, para que todos possam participar. Todas as segundas, terças e quartas-feiras, os feirantes podem vir até a Emsurb e participar do curso, que tem duração de oito horas”, ressalta Júlio.



ESTADO DE SERGIPE
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO
RECORTE DE JORNAIS